

A contribuição dos agroecossistemas orgânicos do Sul de Minas Gerais *The contribution of organic agroecosystems in southern Minas Gerais*

NEVES, Janine¹; IMPERADOR, Adriana¹

¹Universidade Federal de Alfenas, janine.neves@sou.unifal-mg.edu.br; adriana.imperador@unifal-mg.edu.br

Eixo temático: Desenvolvimento rural, políticas públicas e comunitárias, movimentos sociais e culturais

Resumo

A certificação orgânica preconiza a adoção de boas práticas agrícolas, trabalho digno, valorização do produtor e pagamento de preços justos, contribuindo com o desenvolvimento rural local. Este trabalho tem o objetivo de identificar os cenários presentes na organização dos agricultores orgânicos sul-mineiros para a produção de alimentos de base ecológica e localizar as vias de distribuição alternativas presentes no território. Por meio do acesso aos dados cadastrais de 2021 dos produtores orgânicos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) foi realizado um cruzamento com as bases de dados das políticas públicas municipais em agroecologia da Agroecologia em Rede e o mapa de feiras do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC). Espera-se que o estudo quantitativo visibilize as iniciativas em curso do sul de Minas Gerais e contribua com a discussão da construção social de uma economia e consumo solidários.

Palavras-chave: Redes agroalimentares; Gestão participativa; Certificação orgânica.

Abstract: Organic certification guarantees compliance with good agricultural practices, offers adequate working conditions, respects and values the producer and establishes the payment of fair prices, contributing to local rural development. This work aims to identify the scenarios present in the organization of organic farmers in southern Minas Gerais for the production of ecologically-based foods and locate alternative distribution routes present in the territory. By accessing the 2021 registration data of organic producers at the Ministry of Agriculture, Livestock and Supply (MAPA), a cross was made with the databases of municipal public policies in agroecology from Agroecology in Network and the fair map of the Brazilian Institute of Consumer Protection (IDEC). It is expected that the quantitative study makes visible the ongoing initiatives in southern Minas Gerais and contributes to the discussion of the social construction of a solidary economy and consumption.

Keywords: Agrifood networks; Participative management; Organic certification.

Introdução

A agroecologia é uma proposta de mudança estrutural nas relações sociocultural, ambiental e política-econômica que se dão nos agroecossistemas e nos sistemas agroalimentares por meio da ciência, da prática e do movimento. Em 2012, o governo federal lançou a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), Brasil tornando o País pioneiro na implementação de uma política pública dessa natureza. Cabe destacar que desde 2003, a Lei nº 10.831 conhecida como a Lei dos Orgânicos já incluía a agroecologia por apresentar formas produtivas que atendem aos princípios preconizados pelo sistema orgânico. A certificação orgânica é uma das ferramentas de gestão dos agroecossistemas (NEVES; IMPERADOR, 2020) que

garante qualidade e atendimento das normas de um determinado produto, processo ou serviço. A normatização apoia-se na regulamentação definida no Decreto nº 6323 de 2007 que atribui o processo de credenciamento dos organismos de avaliação da conformidade ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Desta forma, o produtor que deseja comercializar os produtos orgânicos deverá ser certificado por um organismo de avaliação da conformidade reconhecido oficialmente. Existem três mecanismos que asseguram o atendimento das normas e práticas da produção orgânica de um determinado produto, processo ou serviço: a) Certificação por auditoria, b) Sistema Participativo de Garantia (SPG) e c) Controle Social (OCS) na venda direta. A certificação por auditoria pode ser feita por uma certificadora pública ou privada, enquanto que o SPG é caracterizado pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema. Já o OCS é usado apenas para a certificação da agricultura familiar. Vilela et al. (2019) assinalam que o Brasil se destaca por sua legislação conter diretrizes que expressam sua realidade produtiva.

Desta forma, os objetivos do trabalho são descrever as características e a distribuição geográfica das agricultoras e dos agricultores orgânicos presentes no sul de Minas Gerais. Busca também refletir de que forma as mudanças locais na gestão ambiental dos agroecossistemas influenciam as transformações regionais da distribuição dos sistemas alimentares do sul mineiro e quais são as contribuições dos sistemas de certificação orgânica.

Metodologia

O estudo quantitativo descritivo da oferta de produtos saudáveis e nutritivos e das feiras orgânicas e agroecológicas articuladas no território foi realizado por meio de pesquisa documental (LAKATOS; MARCONI, 2003). A partir do banco de dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) do MAPA (2021) foi feita uma listagem dos organismos de controle e certificação dos produtos para comercialização na macrorregião do sul de Minas. Foi utilizada como referência a relação dos municípios descritos nas regiões de planejamento do Estado de Minas Gerais, sendo a área de estudo composta por 155 municípios (MINAS GERAIS, 2021). Também foram consultados os dados das políticas públicas municipais registradas da Agroecologia em Rede (2021) e do mapeamento das feiras orgânicas e agroecológicas do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC, 2021).

Resultados e Discussão

Foram encontrados 401 produtores de 57 cidades do sul de Minas Gerais¹ registrados na Plataforma da CNPO, atualizada em 21/10/2021. Observa-se que o tipo predominante de entidade ao qual o produtor está vinculado são as OPACs (253) com 63% dos registros, seguidos dos que são certificados por auditoria (88) com 22% e por último com 15% as OCSs (60). Importante destacar a representatividade

¹Foi produzido mapa interativo que pode ser acessado pelo endereço:

https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1eI3jFCew_DLwd7dMua5G4pPldt7Lwgv&ll=21.848373568540197%2C-45.85306582467688&z=8

do movimento local e regional dos agricultores na articulação das entidades OPACs e OCS. Estes sistemas contribuem para o reconhecimento da produção em pequena escala e para a governabilidade mais democrática dos circuitos de produção, processamento, distribuição e consumo (MENDONÇA, 2015).

Merecem atenção as duas OPACs presentes no território sul-mineiro, a Associação Natural de Campinas e Região (ANC), credenciada em 2010 e a OPAC Orgânicos Sul de Minas, credenciada em 2013 (HIRATA; ROCHA, 2020). Estas organizações descentralizadas de produtores orgânicos são influentes na construção de esferas de ação sócio-política e aprendizagem do tipo Camponês a Camponês. Isto mostra um potencial de atingir a soberania alimentar, pois, a preocupação destes grupos é a produção sustentável, sem a dependência de insumos externos, comércio justo, estabelecimento da relação de confiança e informação ao consumidor.

Com relação às políticas públicas presentes no território, além do conhecido projeto Conservador das Águas (Lei nº 2100/2005) da cidade de Extrema, que regulamenta o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), existem outras leis e projetos em tramitação cadastradas no banco de dados da Agroecologia em Rede. A Lei municipal de Caldas, cria a Área de Proteção Ambiental Pedra Branca (Lei municipal nº 1973/2006 – APA da Pedra Branca) e de Pouso Alegre, que institui a merenda escolar orgânica (Lei municipal nº 7084/2014). A preocupação com a conservação ambiental e a saúde da população também é manifestada nos Projetos de Lei (PLs) em tramitação. Em Ouro Fino, proibição da capina química nas áreas públicas e privadas da zona urbana do município (Lei municipal nº 1266/2018) e o PL nº 3.152/2021 que proíbe a instalação de depósito de lixo radioativo no município de Caldas.

Concordando com a tendência nacional apresentada nos estudos de Vilela et al. (2019), o escopo predominante das unidades certificadas é a produção primária vegetal. Também estão cadastradas entidades que fazem extrativismo sustentável orgânico, processamento de produtos de origem vegetal e animal e produção de cogumelo. Em geral, predomina uma atividade diversificada, com destaque para a produção do café, uma vez que a região é contribuinte do cenário nacional. Outro fato relevante é a presença de oito feiras orgânicas e agroecológicas, o que sinaliza a percepção local da importância consumo dos alimentos de base ecológica.

É importante dizer que a presença das mulheres, no que diz respeito ao nome registrado no cadastro, ainda é minoria, o que não significa que a participação delas seja menor. Além do trabalho doméstico e do cuidado com os familiares que são invisibilizados, 28% das produtoras orgânicas são cadastradas como titulares, sendo representativo o coletivo Mulheres Raízes da Terra e a presidência da OPAC Sul de Minas é ocupada por uma mulher.

Conclusões

Apesar do desmonte das políticas públicas voltadas para a nos últimos dois anos, o aumento do número de agricultoras e agricultores orgânicos cadastrados no MAPA reflete o crescimento da demanda por alimentos saudáveis como também da

articulação em redes para a certificação participativa. Estas relações de confiança e rastreabilidade são positivas para o desenvolvimento regional, pois a gestão ambiental compartilhada aumenta as garantias em relação à produção de alimentos saudáveis, trabalho digno e eficiência energética.

A certificação orgânica é uma importante ferramenta que agrega valor ao produto e reconhecimento ao agricultor. Os sistemas participativos contribuem para construção de redes de confiança, autonomia, governança e novos canais de distribuição de alimentos. Os levantamentos das políticas públicas em agroecologia no âmbito municipal, bem como a presença de feiras orgânicas e agroecológicas, indicam um solo fértil para a construção da economia solidária e das cadeias curtas.

Finalmente, os agroecossistemas orgânicos do sul de Minas Gerais contribuem com a promoção de sistemas sustentáveis de produção agrícola, saúde das pessoas e do meio ambiente, prioridades na Agenda 2030 que estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Tabela 1. Distribuição dos produtores por entidade, cidades produtoras, presença de feiras orgânicas e agroecológicas e iniciativas municipais em agroecologia.

Entidades	Cidades ¹ com produção orgânica	Cidades com feiras ² orgânicas e agroecológicas	Cidades ³ com políticas públicas municipais
OPAC (54)	Andradas, Andrelândia, Arantina, Baependi, Boa Esperança, Borda da Mata, Brazópolis, Caldas, Campanha, Campo do Meio, Camponesa, Campos Gerais, Carmo da Cachoeira, Carmo de Minas, Conceição dos Ouros, Congonhal, Coronel Xavier Chaves, Córrego do Bom Jesus, Cristina, Delfim Moreira, Estiva, Fama, Gonçalves, Guapé, Ijaci, Inconfidentes, Itajubá, Itamonte, Lambari, Lavras, Machado, Maria da Fé, Marmelópolis, Monte Sião, Ouro Fino, Paraisópolis, Pedralva, Piranguinho, Poço Fundo, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Pouso Alto, Santa Rita de Caldas, Santa Rita de Jacutinga, Santa Rita do Sapucaí, Santo Antônio do Amparo, São Lourenço, São Sebastião da Bela Vista, São Thomé das Letras, Soledade de Minas, Três Corações, Turvolândia, Varginha, Virgínia	Caldas Pouso Alegre Poços de Caldas Alfenas São Lourenço Maria da Fé Itajubá Lavras	Caldas (Lei municipal n° 1973/06) Pouso Alegre (Lei municipal n° 7084/2014) Ouro Fino (Projeto de Lei municipal n° 1266/2018) Inconfidentes (NEA Raízes do Campo e Casa de Sementes)
CERTIFICADORA (14)	Boa Esperança, Bom Repouso, Cambuí, Carrancas, Conceição dos Ouros, Delfim Moreira, Gonçalves, Ilícinea, Inconfidentes, Lavras, Paraisópolis, Pouso Alegre, São Thomé das Letras, Senador Amaral		
OCS (9)	Baependi, Bom Sucesso, Caldas, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Itajubá, Lavras, Piranguçu e Poços de Caldas		

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados 1) MAPA (2021), 2) IDEC(2021) e 3) Agroecologia em Rede (2021).

Agradecimentos

As autoras agradecem o Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) e o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Pós-Graduação (PIB-PÓS) da Universidade Federal de Alfenas.

Referências bibliográficas

AGROECOLOGIA EM REDE. **Políticas públicas municipais em Agroecologia.** Base de dados. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/busca/?visao=mapa&mapeamento=politicaspublicasmunicipais>. Acesso em 24 de out. 2021.

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Orgs.). **Sistemas Participativos de Garantia do Brasil: Histórias e experiências.** Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.225 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC). **Mapa de feiras orgânicas.** Disponível em: <https://feirasorganicas.org.br/>. Acesso em 24 out. 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS. E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5ªed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDONÇA, M. A. F. C. **Sistemas agroalimentares e sustentabilidade: sistemas de certificação da produção orgânica no sul do Brasil e na Holanda.**168 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2015.

MINAS GERAIS. **Regiões de planejamento.** Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento> Acesso em 25 out. 2021.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.** Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em 24 out. 2021.

NEVES, J. A. N.; IMPERADOR, A. M. A certificação orgânica como ferramenta de gestão dos agroecossistemas. **Regnellea Scientia**,v.6 n.4, 2020.

VILELA, G. F.; MANGABEIRA, J. A. C.; MAGALHÃES, L. A.; TÔSTO, S. G. **Agricultura orgânica no Brasil: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.** 1ªed. Campinas: Embrapa Territorial, 2019. 20p.